

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	9
SIGLAS	11

### CAPÍTULO I

#### AUTONOMIA E OBJETO DO DIREITO BANCÁRIO

1. Introdução	13
1.1. A doutrina	15
1.2. A crítica	17
2. O núcleo do Direito bancário	19
2.1. A receção de depósitos e a concessão de crédito	19
2.2.1. A moeda bancária. A sua criação	24
2.2. Os sistemas de pagamentos	27
2.3. Súmula	30
3. O objeto do direito bancário. Desenvolvimento	34
4. A natureza do Direito bancário	37
5. As fontes	39
6. Os seus princípios estruturantes	52
7. O direito bancário e o sistema financeiro	54
8. A autonomia e a interpenetração dos diferentes subsistemas do setor financeiro	58
9. Conclusão	67

### CAPÍTULO II

#### A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO BANCÁRIA. O CONTRATO BANCÁRIO GERAL

10. Introdução	69
11. Conteúdo	72

12. Conteúdo. Desenvolvimento	75
13. O conjunto de contratos bancários	81
14. A qualificação	83
15. A cessação do contrato	85
16. A relação entre o contrato inicial de abertura de conta e o contrato quadro de prestação de serviços de pagamento	86

### CAPÍTULO III O CONTRATO DE CONTA

#### SECÇÃO I A CONTA

17. A conta	87
18. A abertura da conta. Requisitos	89
19. O conteúdo contratual	90
20. O extrato	93
21. Modalidades de contas quanto aos sujeitos e regras de movimentação	94
21.1. As contas singulares	94
21.2. As contas coletivas	94
21.2.1. A conta solidária	94
21.2.2. A conta conjunta	97
21.2.3. A conta mista	97
22. As modalidades especiais de contas previstas na lei	98
23. A conta bancária fiduciária, em especial	98

#### SECÇÃO II O CRÉDITO AO SALDO

24. O crédito ao saldo como elemento do património do titular da conta	102
24.1. A penhora	103
24.2. O penhor	105
24.3. A cessão	106

#### SECÇÃO III A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

25. A compensação de créditos	107
25.1. O regime geral	107
25.1.1. A compensação legal	107

25.1.2. A compensação convencional	108
25.1.3. O regime insolvencial	109
<b>26.</b> O recurso pelo banco à compensação	110
26.1. Os créditos decorrentes de fontes diversas	110
26.2. O regime específico da conta solidária	111

## CAPÍTULO IV

### O(S) CONTRATO(S) DE DEPÓSITO BANCÁRIO

#### SECÇÃO I

##### O DEPÓSITO. REGIME GERAL

<b>27.</b> O depósito em geral	115
<b>28.</b> O depósito irregular	117
<b>29.</b> Os depósitos bancários. Principais modalidades	122
<b>30.</b> Os depósitos não pecuniários	124
30.1. O depósito em cofre-forte	124
30.2. O depósito de cheque	125

#### SECÇÃO II

##### Os DEPÓSITOS PECUNIÁRIOS

#### SUBSECÇÃO I

##### Os DEPÓSITOS PECUNIÁRIOS SIMPLES

<b>31.</b> Os depósitos pecuniários simples	126
<b>32.</b> As modalidades de depósitos simples	132
32.1. O depósito à ordem	133
32.1.1. Caracterização	133
32.1.2. A ligação à conta	134
32.2. Os depósitos a prazo	136
32.2.1. Caracterização	136
32.3. Depósito com pré-aviso	138
32.3.1. Caracterização	138

#### SUBSECÇÃO II

##### A(S) NATUREZA(S) JURÍDICA(S) DO(S) CONTRATO(S) DE DEPÓSITO BANCÁRIO

<b>33.</b> A(s) natureza(s) jurídica(s) do(s) contrato(s) de depósito bancário	139
33.1. Introdução	139

33.2. O depósito à ordem	141
33.3. Os depósitos a prazo	145
33.4. Depósitos com pré-aviso	147
33.5. Conclusão	147

## SUBSECÇÃO III

**MODALIDADES PARTICULARES DE DEPÓSITOS**

<b>34.</b> O depósito em garantia	148
<b>35.</b> O depósito com finalidade de cumprimento	149
<b>36.</b> O depósito para administração	151

## CAPÍTULO V

**OS CONTRATOS DE CRÉDITO**

## SECÇÃO I

## OS CONTRATOS DE CRÉDITO EM ESPECIAL

<b>37.</b> Categoria geral? Indicação de sequência	155
<b>38. O mútuo pecuniário</b>	159
38.1. Introdução.	159
38.2. O mútuo em geral. O mútuo civil	159
38.2. Figuras próximas. Os suprimentos	165
38.2.1. A natureza das obrigações do mutuário no mútuo oneroso	168
38.2.2. O prazo	168
38.2.2.1. O regime do cumprimento antecipado e do vencimento antecipado da obrigação de restituir o capital por parte do mutuante	170
38.3. O regime geral da cessação do contrato de mútuo	176
38.3.1. Causas de extinção além do cumprimento: e a compensação e a dação em função do cumprimento	176
38.3.2. A caducidade	176
38.3.3. A resolução	178
38.4. O mútuo como contrato fiduciário em sentido amplo	180
38.5. O mútuo comercial	180
38.6. O mútuo bancário	181
38.6.1. Introdução	181
38.6.2. Aspectos gerais	182
38.6.3. Modalidades de empréstimos bancários	183

38.6.4. Modalidades de prestações de restituição do capital e dos juros	184
38.6.5. A garantia dos mútuos. A sobregarantia	185
38.6.6. Os <i>covenants</i>	187
38.6.7. O vencimento antecipado. Os <i>events of default</i>	190
38.7. Os contratos de mútuo bancário especialmente regulados.	
O crédito à habitação própria (Dec.-Lei nº 349/98, de 11/11)	194
38.7.1. O âmbito de aplicação	195
38.7.2. As condições de empréstimo	196
38.7.3. O reembolso antecipado	196
38.7.4. As limitações ao exercício do direito de resolução por incumprimento	198
38.7.5. A extinção da dívida com a venda executiva ou a dação em pagamento	198
38.7.6. A retoma do crédito	199
<b>39. A antecipação bancária</b>	201
39.1. Caraterização	201
39.2. O regime insolvencial	205
<b>40. A abertura de crédito</b>	206
40.1. Caraterização	206
40.2. Modalidades	209
40.3. A forma	213
40.4. A estrutura	213
40.4.1. Aspetos iniciais	213
40.4.2. A estrutura plural	214
40.4.2.1. Os contratos de segundo grau	215
40.4.3. A estrutura unitária	217
40.5. A cessação do contrato	221
40.6. A insolvência do creditado/beneficiário	223
<b>41. O desconto</b>	224
41.1. Caraterização. Aspetos gerais	224
41.2. O desconto de títulos de crédito (letras e livranças) e de créditos ordinários	227
41.3. Distinção de figuras próximas	228
41.3.1. O contrato de <i>factoring</i> de segundo grau com recurso e antecipação	228
41.3.2. O desconto “à forfait”	229
41.4. A qualificação	230
41.5. A insolvência do descontário	231
<b>42. O contrato de cessão financeira (<i>factoring</i>)</b>	232

42.1. Caracterização inicial	232
42.2. A evolução histórica. Breve nota	233
42.3. A tipicidade do contrato	234
42.4. As partes do contrato	236
42.5. As funções desempenhadas	237
42.6. Modalidades	239
42.6.1. A cessão financeira doméstica e a cessão financeira internacional	239
42.6.1.1. A cessão financeira doméstica	239
42.6.1.2. A cessão financeira internacional	239
42.6.1.2.1. O sistema dos dois factores	240
42.6.1.2.2. O sistema do factor único	241
42.6.1.3. O regime uniforme: a Convenção de Otava	242
42.6.1.3.1. O âmbito de aplicação	243
42.6.2. A cessão financeira notificada e a cessão financeira não notificada ( <i>non notification factoring</i> )	244
42.7. A estrutura unitária e a estrutura plural	245
42.7.1. A cessão global de créditos presentes e futuros ( <i>Globalzession</i> )	246
42.7.2. A estrutura plural. O contrato-quadro	247
42.8. A cessação do contrato de <i>factoring</i>	248
42.9. A cessão de créditos	249
42.9.1. Desenvolvimento. Aspectos gerais	250
42.9.2. A notificação	251
42.9.3. O âmbito da transmissão	251
42.9.4. Os meios de defesa oponíveis pelo devedor cedido ao cessionário	252
42.9.5. As garantias de existência e da exigibilidade do crédito	253
42.10. As modalidades das cessões de créditos no <i>factoring</i>	254
42.11. Os negócios causa da cessão de crédito. Os contratos de cessão financeira ou de <i>factoring</i> de segundo grau	255
42.11.1. O contrato com recurso e sem adiantamento	256
42.11.1.1. Caracterização	256
42.11.1.2. A qualificação	256
42.11.2. O contrato com recurso e com adiantamento. O <i>factoring</i> financeiro	257
42.11.2.1. Caracterização	257
42.11.2.2. A qualificação	257
42.11.3. O contrato sem recurso e sem adiantamento	259
42.11.3.1. A caracterização	259
42.11.3.2. A qualificação	260

42.11.4. O contrato sem recurso e com adiantamento.	
O <i>factoring</i> completo ( <i>full factoring</i> )	260
42.11.4.1. A caracterização	260
42.11.4.2. A qualificação	261
<b>43. A locação financeira (<i>leasing</i>)</b>	262
43.1. Introdução	262
43.2. Caracterização	265
43.2.1. Delimitação. Estrutura	265
43.2.2. As funções	266
43.2.3. As partes	267
43.2.4. A forma	268
43.2.5. O objeto	269
43.2.6. Os prazos	270
43.2.7. As rendas	270
43.3. As modalidades	272
43.3.1. A locação financeira convencionada	272
43.3.2. A locação financeira restitutiva (o <i>sale and lease back</i> )	273
43.4. Distinção de figuras próximas	274
43.4.1. A locação	274
43.4.2. O <i>leasing</i> operacional	276
43.4.3. A venda a prestações com reserva de propriedade	277
43.4.4. O aluguer de longa duração (ALD)	278
43.4.5. A alienação em garantia	279
43.5. A fase pré contratual	279
43.6. As posições das partes	280
43.6.1. A posição do locador financeiro	280
43.6.1.1. Os deveres	280
43.6.1.2. Os direitos	281
43.6.2. A posição do locatário financeiro	282
43.6.2.1. Os deveres	282
43.6.2.2. Os direitos	284
43.7. A relação entre o locatário financeiro e o fornecedor do bem	284
43.8. A resolução do contrato	286
43.8.1. Os fundamentos específicos (art. 18º do Dec.-Lei nº 149/95, de 24/6)	287
43.8.2. O regime geral da resolução	288
43.8.3. Os regimes particulares	292
43.8.4. Os efeitos da resolução do contrato	293
43.8.5. As cláusulas penais	295
43.8.5.1. O regime imperativo do art. 935º	298

43.8.5.2. O regime das cláusulas contratuais gerais [art. 19º, al. c) do Dec.-Lei nº 445/86 de 25/10]	302
43.8.5.3. A redução por força do art. 812º	303
43.9. As garantias	304
43.10. A transmissão da posição contratual do locador e do locatário financeiro	306
43.11. A proibição de operações de natureza similar	308
43.12. O regime insolvencial	309
43.12.1. O regime da resolução	309
43.12.2. O regime do negócio em curso	309
<b>44. A forfaitização (<i>forfaiting</i>)</b>	311
44.1. Caracterização. Aspetos gerais	311
44.2. O <i>forfaiting</i> no comércio internacional	314
44.2.1. Interesses subjacentes	314
44.2.2. O <i>iter</i> negocial	315
44.2.3. A estrutura da operação	317
44.2.4. O objeto	317
44.2.5. A qualificação do contrato	321
44.2.5.1. <i>Forfaiting</i> e desconto	324
44.3. O <i>forfaiting</i> interno	325
44.3.1. Desenvolvimento	326
44.3.2. Distinção das figuras próximas	328
44.3.2.1. O contrato de cessão financeira sem recurso e com adiantamento	328
<b>45. O reporte financeiro</b>	330
45.1. Introdução	330
45.2. Caracterização	311

## SECÇÃO II

## O CRÉDITO AO CONSUMO

<b>46. O crédito ao consumo. O âmbito de aplicação</b>	335
46.1. Aspetos centrais de regime	338
46.2. O direito de revogação	339
46.3. O incumprimento do consumidor	339
46.4. O direito de reembolso antecipado	341
46.5. A ligação entre os contratos de crédito e de compra e venda	342
46.6. A usura	344



## SECÇÃO III

**Os JUROS**

<b>47.</b> Caracterização	344
<b>48.</b> Figuras próximas	346
<b>49.</b> Modalidades de juros	347
<b>50.</b> A taxa de juros	348
50.1. Espécies	348
50.2. Juros negativos	352
<b>51.</b> Os arredondamentos das taxas de juro	354
<b>52.</b> As alterações da taxa de juro	356
<b>53.</b> Os limites máximos das taxas de juro	362
<b>54.</b> Os limites aos juros decorrentes da concessão de crédito pelas instituições de crédito e sociedades financeiras	365
<b>55.</b> O vencimento da obrigação de juros	373
<b>56.</b> A capitalização dos juros. O anatocismo	374
<b>57.</b> Informação sobre juros e encargos	377

## CAPÍTULO VI

**COMISSÕES**

<b>58.</b> As comissões	381
58.1. Aspectos gerais	381
58.2. A comissão de recuperação de valores em dívida em particular	384

## CAPÍTULO VII

**GARANTIAS BANCÁRIAS**

<b>59.</b> A caução	387
---------------------	-----

## SECÇÃO I

**REFORÇO QUANTITATIVO DA PROBABILIDADE  
DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO**

<b>60.</b> A fiança	387
<b>61.</b> Modalidades particulares de fiança	387
61.1. A subfiança	387
61.2. A retrofiança	388
61.3. A fiança geral ou <i>omnibus</i>	388

61.4	A fiança ao primeiro pedido	388
62.	O mandato de crédito	388
63.	O aval	388
63.1.	O aval geral	388
64.	A garantia autónoma	388
65.	As cartas de conforto	388
66.	O <i>Credit Default Swap</i> (CDS)	388
67.	A solidariedade passiva	389
68.	A assunção cumulativa de dívida	389

## SECÇÃO II

### REFORÇO QUALITATIVO DA PROBABILIDADE DE SATISFAÇÃO DO CRÉDITO

#### SUBSECÇÃO I

#### GARANTIAS REAIS E FIGURAS PRÓXIMAS

69.	A hipoteca	389
70.	O penhor	389
70.1.	O penhor de coisas	389
70.2.	O penhor de direitos	389
71.	Os regimes particulares do penhor	390
71.1.	O penhor mercantil	390
71.2.	O penhor de estabelecimento	390
71.3.	O penhor em garantia de créditos de estabelecimentos bancários	390
71.4.	O penhor financeiro	390
71.5.	O penhor de participações sociais	390
71.6.	O penhor de letras e livranças	390
71.7.	O penhor de conta bancária	390
71.8.	O penhor geral ou <i>omnibus</i>	390
71.9.	O penhor rotativo	391
71.10.	O penhor irregular	391

#### SUBSECÇÃO II

#### O RECURSO À TITULARIDADE DE UM DIREITO COM FUNÇÃO DE GARANTIA

72.	As alienações em garantia	391
72.1.	As cessões de créditos em garantia	391

72.2. As alienações de coisas corpóreas móveis em garantia	391
72.3. A “alienação fiduciária em garantia” como modalidade dos contratos de garantia financeira	391
<b>73. A criação de patrimónios autónomos</b>	<b>391</b>

### CAPÍTULO VIII

#### **PROGRAMA. BIBLIOGRAFIA**

<b>74. Programa</b>	<b>393</b>
<b>75. A explicação do programa da obra</b>	<b>398</b>
<b>76. Bibliografia geral de direito bancário</b>	<b>415</b>
<b>77. Revistas</b>	<b>417</b>
<b>78. Jurisprudência do STJ</b>	<b>417</b>
<b>79. Bibliografia</b>	<b>419</b>